

EVENTO: Reunião Preparatória realizada em Santiago do Chile, entre 07 e 09/08/2017, com vistas à Sexta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América América Latina e Caribe a ser realizada de 18 a 20 abril de 2018, em Cartagena, Colômbia, pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina eo Caribe (CEPAL),

Representantes dos países da América Latina e do Caribe se reuniram na última semana, na sede da CEPAL em Santiago, Chile, para discutir os avanços obtidos pelos países da região, em relação aos objetivos aprovados para a Agenda Digital para a América Latina e Caribe (eLAC2018), da região, adotada na Quinta Conferência Ministerial no México, que considera o uso de tecnologias digitais como instrumentos de desenvolvimento sustentável e áreas definidas de atuação e os principais objectivos da próxima agenda.

Os Representantes reafirmaram os objetivos e metas mais abrangentes daquele documento e também acordaram as linhas estratégicas da nova Agenda Digital - eLAC2020, a ser adotada na Sexta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América América Latina e Caribe a ser realizada de 18 a 20 abril de 2018, em Cartagena, Colômbia.

Foram estabelecidos seis eixos para compor a Agenda - eLAC2020, a saber:

- a)infra-estrutura digital;
- b)processamento e economia digital;
- c)governo digital;
- d)cultura, inclusão e habilidades digital;
- e)governança para a sociedade da informação e tecnologias emergentes para o desenvolvimento sustentável; e
- f)mercado digital regional.

O novo plano de ação será orientado pelos compromissos assumidos por todos os países da região no âmbito da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela ONU.

Para Agenda 2030, a disseminação da tecnologia digital e interconexão global possuem especial relevância e grande potencial para acelerar o progresso humano, facilitar o acesso à informação e desenvolver sociedades do conhecimento, reconhecendo-se que a inovação científica e tecnológica é fator crítico para áreas centrais de desenvolvimento, tais como saúde e energia.

Esta agenda global também reconhece que as tecnologias devem propiciar a melhora da qualidade da educação, promover o empoderamento das mulheres, estimular a industrialização inclusiva e sustentável, e promover a inovação.

Igualmente foi reconhecida a importância se se estabelecerem formas de acompanhamento e de mediação do progresso nessas áreas consideradas.

Um dos principais tópicos tratado na Reunião, com grande ênfase e apoio da Delegação Brasileira, diz respeito ao papel da digitalização e da inovação na implementação do Mercado Digital Regional, baseada na inovação dados, Internet industrial e desenvolvimento digital inclusiva que foram discutidos. Também foi ressaltada a importância de se buscar mecanismos de financiamento de estímulo a empresas de cunho tecnológico na reunião.

Frisou-se a importância de se adotarem, desde logo, soluções concretas, com a implementação de medidas práticas, para deflagrar este processo, como a comunicação sistêmica das distintas alfândegas nacionais, para facilitar o comércio na região, bem como a criação de métricas próprias, ainda que em linha com aquelas adotadas pelos demais países, para acompanhamento dessas evoluções.

Foi reconhecida a necessidade da Região se preparar, de maneira efetiva e imediata, para fazer face aos desafios impostos pela chamada "Indústria 4.0", esforço esse que passa, necessariamente, pela capacitação de indivíduos, especialmente os jovens da Região, para que os países possam assumir posição de protagonismo nesse novo ambiente.

Até mesmo pelo posicionamento do México, como Presidente da Conferência anterior, da Colômbia, como Presidente da próxima e do Chile, dessa reunião preparatória, foram relatados os esforços comuns, adotados no seio da Aliança do Pacífico, que poderiam ser replicados na região.

Além disso, os delegados reafirmaram a plena vigência do acordo 10 da Declaração de Montevideu, aprovada na Quarta Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação realizada em abril de 2013, no Uruguai.

Este acordo prevê "rejeitar qualquer reivindicação de propriedade, sem o devido consentimento dos países da região, os nomes Amazônia e Patagônia em qualquer língua e qualquer outro domínio de nível superior (gTLD) referido geográfica, histórica, cultural ou nomes natural, que deve ser preservado como parte de sua herança e identidade cultural.

São Paulo, 14/08/2017

Luiz Fernando Martins Castro